

| Data | Nome | Valor (em euros) |
|--|--|---------------------|
| Parcerias e iniciativas públicas — Portaria n.º 680-A/2000, de 29 de Agosto | | |
| Plano de requalificação dos parques de campismo privados | | |
| 15-10-2004 | Federação Campismo Montanhismo Portugal | 53 967,72 |
| | Clube de Campismo de Lisboa | 98 359,16 |
| | Clube Campismo e Caravanismo Torres Vedras | 139 278,33 |
| | Clube Campismo e Caravanismo os Nortenhos | 17 828,82 |
| | Clube Campismo S. João da Madeira | 19 956,05 |
| | Soc. Filarmónica União Artística Piedense | 12 881,75 |
| 29-10-2004 | Clube de Campismo do Porto | 51 848,63 |
| | Clube Campismo do Concelho de Almada | 21 952,01 |
| | <i>Total</i> | 416 072,47 |
| Projectos integrados | | |
| 16-7-2004 | Assoc. Municípios do Vale do Sousa | 12 363,29 |
| 14-9-2004 | ENATUR — Empresa Nacional de Turismo, S. A. | 175 407,81 |
| 21-9-2004 | ENATUR — Empresa Nacional de Turismo, S. A. | 124 312,50 |
| 30-12-2004 | ENATUR — Empresa Nacional de Turismo, S. A. | 94 935,34 |
| | <i>Total</i> | 407 018,94 |
| Empréstimos sob a forma de suprimentos | | |
| 25-8-2004 | Soc. Gestora Autódromo Fernanda Pires da Silva, S. A. | 1 013 488 |
| | <i>Total</i> | 1 013 488 |

14 de Março de 2005. — O Director do Departamento Administrativo e Financeiro, *Carlos Farrajota Cavaco*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10 836/2005 (2.ª série). — Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dou por finda, a seu pedido, a vigência da comissão de serviço da sub-directora do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar deste Ministério, Dr.ª Maria Margarida Pimenta de Castro Machado Lobo Ferreira, com efeitos a 30 de Abril de 2005.

29 de Abril de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho n.º 10 837/2005 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 3 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada para exercer, em comissão de serviço, por três anos, o cargo de sub-director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 246/2002, de 8 de Novembro, e 80/2004, de 10 de Abril, e Declaração de Rectificação n.º 38/2004, de 13 de Maio, a licenciada em Economia Maria Rita de Oliveira Horta.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2005.

29 de Abril de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

ANEXO

Curriculum vitae

Nome: Maria Rita de Oliveira Horta.

Naturalidade: Serpa.

Data de nascimento: 1952.

Formação académica:

Pós-licenciatura em Política Internacional, Universidade Livre de Bruxelas, 1995-1996;

Pós-licenciatura em Estudos Europeus, dominante Economia, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1984-1985;
Licenciatura em Economia, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1970-1975.

Actividade profissional:

Funcionária do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas desde 1975, assessora do quadro do Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar;

De Agosto de 2004 a Março de 2005 — adjunta no Gabinete do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, responsável pela áreas relacionadas com a Política Agrícola Comum;

De Dezembro de 2002 a Agosto de 2004 — consultora para questões agrícolas. De Janeiro a Agosto de 2004, Eslováquia, Bratislava, Ministério da Construção e Desenvolvimento Regional, dois projectos de assistência técnica na área dos fundos estruturais. Acções de formação: Polónia, Instituto Europeu de Lodz, 3 e 4 de Dezembro de 2002. Lisboa, ISCS, formação para concursos da Comissão Europeia, Março, Junho e Novembro de 2003. Ilha Terceira, Março de 2003. Lisboa, representação da Comissão Europeia, formação dos centros rurais, 1 e 2 de Abril de 2003. Anadia, seminário sobre vinhos, 12 de Dezembro de 2003;

De Setembro de 2000 a Setembro de 2002 — Comissão Europeia, Direcção-Geral de Agricultura, Bruxelas, como perita nacional, divisão «Arroz» e «Relações Internacionais — Países ACP e países asiáticos»;

De 1987 a Agosto de 2000 — conselheira agrícola na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, Bruxelas. Membro permanente do Comité Especial Agricultura (CEA) e Conselho de Ministros (Agricultura) da União Europeia;

De 1980 a Janeiro de 1987 — Gabinete de Planeamento, Lisboa. Chefe de divisão do sector «Carnes, leite e lacticínios», desde 1983, membro da equipa de negociações de adesão de Portugal à União Europeia;

De 1975 a 1980 — técnica superior do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, Lisboa.

Trabalhos realizados:

«Consequências das negociações da OMC e do alargamento no sector dos vinhos» — Dezembro de 2003; «A revisão intercalar da PAC — Uma proposta radical» — Junho de 2003; «A

reforma da Política Agrícola Comum» — Março de 2003; «O futuro da PAC e o alargamento», Dezembro de 2002; «A ovicultura perante a adesão à CEE», 1985; «A avicultura portuguesa e a CEE», 1984; «Bovinos e suínos — OCM — Preços na Comunidade — Preços em Portugal» — 1981; «A organização comum do mercado da carne do porco e a integração de Portugal na CEE», 1980.

Despacho n.º 10 838/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada para exercer, em comissão de serviço, por três anos, o cargo de secretário-geral-adjunto do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, constante do mapa anexo do Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 246/2002, de 8 de Novembro, e 80/2004, de 10 de Abril, e pela Declaração de Rectificação n.º 38/2004, de 13 de Maio, a licenciada em Finanças Elvira Lino Teles Branco dos Santos, assessora principal do quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2005.

29 de Abril de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Curriculum vitae

Identificação:

Nome — Elvira Lino Teles Branco dos Santos;
Data de nascimento — 9 de Dezembro de 1949;
Bilhete de identidade n.º 1113431, emitido em 5 de Janeiro de 2000 (Lisboa).

Habilitações literárias — licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Economia, em 1973, com a média final de 13 valores.
Habilitações profissionais:

First certificate in English, Instituto Britânico, 1982;
Fiscalidade, ISCTE, 1984;
Formação na área da gestão dos recursos humanos da Administração Pública;
Formação na área da contabilidade pública;
Formação em informática na óptica do utilizador.

Categoria e carreira — assessora principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

Actividade profissional:

2005 — assessora principal no Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar;
2003-2004 — adjunta da comissão instaladora da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar;
2000-2003 — secretária-geral-adjunta do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;
1997-2000 — directora de serviços de Gestão e Administração do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar;
1993-1997 — directora de serviços de Administração do Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar;
1984-1993 — directora de serviços de Administração do Instituto de Qualidade Alimentar;
1980-1984 — técnica superior no Instituto dos Produtos Florestais, onde coordenou o sector de Estatística do Comércio Externo;
1977-1980 — técnica superior, membro da comissão técnica e da comissão administrativa da Direcção-Geral do Fomento Florestal;
1974-1977 — adjunta do presidente do conselho administrativo do Fundo de Fomento Florestal;
1973-1974 — professora provisória da Escola Comercial e Industrial Alfredo da Silva.

Despacho n.º 10 839/2005 (2.ª série). — Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dou por finda, a seu pedido, a vigência da comissão de serviço do subdirector do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar deste Ministério, engenheiro Eduardo Albano Duque Correia Dinis, com efeitos a 30 de Abril de 2005.

29 de Abril de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho n.º 10 840/2005 (2.ª série). — Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dou por finda, a seu pedido, a vigência da comissão de serviço da secretária-geral-adjunta deste Ministério, Dr.ª Cristina Maria Figueiras da Costa Malta, com efeitos reportados a 30 de Abril de 2005.

29 de Abril de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho n.º 10 841/2005 (2.ª série). — Considerando a tomada de posse do XVII Governo Constitucional e o compromisso no âmbito do desenvolvimento florestal assumido no Programa do Governo;

Considerando que, de acordo com o artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o recrutamento para cargo de direcção superior é feito por escolha de entre indivíduos licenciados, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respectivas funções;

Considerando que a Direcção-Geral dos Recursos Florestais é o serviço responsável pela concepção, execução e avaliação das políticas florestal, cinegética e aquícola das águas interiores, com a missão de promover, designadamente, o desenvolvimento sustentável dos recursos florestais e dos espaços associados;

Considerando que o engenheiro silvicultor António Eduardo Ferreira Gravato é possuidor de currículo académico e profissional, publicado em anexo, demonstrativo de aptidão e experiências profissionais adequadas ao exercício das funções de subdirector-geral daquele serviço:

Nos termos do disposto nos artigos 2.º e 18.º e nos n.ºs 3 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e tendo em conta o artigo 18.º do diploma orgânico do XVII Governo Constitucional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado para exercer, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o cargo de subdirector-geral dos Recursos Florestais, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 246/2002, de 8 de Novembro, e 80/2004, de 10 de Abril, e Declaração de Rectificação n.º 38/2004, de 13 de Maio, o engenheiro silvicultor António Eduardo Ferreira Gravato.

2 — Nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, é designado director da Circunscrição Florestal do Centro.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 2 de Maio de 2005.

2 de Maio de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Currículo académico e profissional

António Eduardo Ferreira Gravato.

Nascido em 14 de Março de 1954.

Licenciatura em Engenharia Silvícola pelo Instituto Superior de Agronomia (1978).

Trabalhou na área das operações de exploração florestal na empresa de celulose CELBI (1978).

Bolseiro num curso de especialização na Universidade de Aas, na Noruega, tendo participado em diversos cursos técnico-profissionais em exploração florestal (1979).

Colaborou com técnicos da FAO na assistência ao Projecto Florestal do Banco Mundial (1980).

Em 1984 toma posse como responsável do Centro de Operações e Técnicas Florestais, sediado na Lousã, unidade orgânica da Direcção-Geral das Florestas e que resultou do Acordo de Cooperação Luso-Norueguês.

Foi designado elemento de representação da Direcção-Geral das Florestas em diversos seminários internacionais das Nações Unidas. Subdirector regional de agricultura da Beira Litoral, de 1996 até 1999.

Delegado do Centro da CNEFF, unidade orgânica do Ministério da Administração Interna, tendo competência sobre uma área territorial correspondente a sete distritos, 2001-2003.

Mantém-se desde a extinção da CNEFF, em 2003, em regime de requisição no Ministério da Administração Interna, sendo integrado no Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e prestando serviço no CDOS — Centro Distrital de Operações de Socorro de Coimbra, onde tem gerido o conhecimento remanescente dos ex-programas da CNEFF, nomeadamente no âmbito das infra-estruturas florestais, vigilância móvel motorizada e sapadores florestais, tendo sido o responsável ao nível nacional pela concepção e acompanhamento do Programa de Vigilância Aérea, que é gerido no CDOS de Coimbra.

Colaborou no Verão de 2004 no trabalho ao nível nacional promovido pela iniciativa COTEC de levantamento e caracterização da rede nacional de postos de vigia.